

EMBATES INTERNOS: MILITARES X MILITARES NO GOVERNO JK

KARLA G.CARLONI*

O artigo tem como objetivo identificar a presença dos ideais de esquerda entre praças e oficiais das Forças Armadas, ao longo da década de 1950, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), e analisar os embates travados nos quartéis, entre os setores progressistas e os adeptos do pensamento liberal conservador.

Ao longo da década de 1950, conflitos ideológicos envolveram praticamente todos os setores militares. As agitações devem ser compreendidas, em parte, como sintoma da disputa, na sociedade brasileira, entre dois projetos de desenvolvimento econômico e, conseqüente, definição do papel das Forças Armadas como ator político nacional.

O setor nacionalista congregava diferentes matizes políticos e, em linhas gerais, apostava em um Estado promotor e controlador do processo de modernização da economia brasileira. O governo deveria ser responsável por acelerar a industrialização e canalizar os dividendos do desenvolvimento para benefício da maioria da população. A superação da condição de país subdesenvolvido viria através do fortalecimento da economia nacional e da ampliação da democracia social e, para tanto, seriam necessárias medidas como: combater ou controlar o capital estrangeiro; garantir uma política econômica independente nos quadros das relações internacionais; garantir o monopólio estatal dos recursos minerais, principalmente do petróleo; realizar reforma agrária; estender a legislação trabalhista ao campo; e ampliar as conquistas sociais dos trabalhadores urbanos. Os adeptos mais radicais do nacionalismo defendiam que as Forças Armadas deveriam ter caráter popular e se aliar aos trabalhadores na luta por uma sociedade mais igualitária.

No lado oposto, estavam os adeptos, em diferentes graus, do pensamento liberal. Também apostavam na industrialização como caminho para superação do subdesenvolvimento. Mas a solução viável seria a união com o capital estrangeiro e o alinhamento incondicional às diretrizes políticas e econômicas norte-americanas, obedecendo, assim, a lógica da Guerra Fria. Os mais conservadores guardavam sérias restrições em relação à politização dos trabalhadores. Defendiam uma política elitista e

* Doutora em História pelo PPGH-UFF. Professora da UNESA.

viam como suspeita qualquer medida que ampliasse a participação política das camadas populares. As propostas nacionalistas para superação do quadro de exclusão social e da concentração de renda eram consideradas perigosas e, muitas vezes, relacionadas à combatida herança política de Getúlio Vargas ou taxadas de comunistas. Nesta perspectiva, as Forças Armadas seriam indispensáveis na formulação e na implementação do projeto liberal. Diante de condições adversas, lhes era dado o direito de rompimento institucional e tomada do controle do Estado.

No cenário acima descrito o meio militar foi importante espaço de formulação, disseminação e debate entre os dois projetos em disputa. Segmentos de oficiais, suboficiais e praças construía as suas identidades de acordo com os valores militares e com as suas próprias experiências. O Ministério da Guerra, sob o comando do general Henrique Teixeira Lott, concentrou boa parte das disputas entre as duas correntes. Em 1955, o general havia liderado o Movimento 11 de Novembro e, a partir de então, era tido como símbolo do nacionalismo militar. Durante o governo JK, a sua manutenção na pasta da Guerra acirrou as divergências entre os militares, estimulando as manifestações políticas no interior da caserna (CARLONI, 2005).

Embora o governo JK seja considerado por alguns analistas como um período de estabilidade política, foi marcado por intensos desentendimentos no setor militar. Enquanto Juscelino cuidava da economia do país, pondo em marcha seu plano quinquenal, e João Goulart administrava o Ministério do Trabalho, o ministro da Guerra tentava controlar com mão de ferro os setores militares mais exaltados. A história da República já havia demonstrado que nenhum presidente conseguiria governar sem a garantia das Forças Armadas. O general Lott era o braço armado de JK e a atmosfera militar fluía entre a sua postura, ao mesmo tempo intransigente e conciliatória. O general era incisivo na luta contra seus opositores mais radicais, principalmente os setores conservadores da Marinha e da Aeronáutica, e tolerava em seu ministério a presença de elementos ligados às esquerdas da época – embora fosse conhecida sua postura contrária ao comunismo (CARLONI, 2010).

O clima de Guerra Fria era intenso. A direita militar acusava o governo de JK e seu Ministério da Guerra de, ao aderir às teses nacionalistas, serem benevolentes com os comunistas. Para os conservadores a vitória do Movimento de 11 de Novembro apontava a urgência do combate às “perigosas idéias” ligadas à herança política de

Vargas. A “ameaça nacionalista” não tinha se diluído com o suicídio do antigo presidente. Estava reencarnada, agora, em seus sucessores, JK e Jango. Pior, tinha um defensor nas próprias Forças Armadas.

Atmosfera de instabilidade política era influenciada pela conjuntura mundial: o então Terceiro Mundo, do qual fazia parte o Brasil, começava a questionar de forma contundente as relações desiguais no sistema internacional. JK, com o seu projeto desenvolvimentista, começava a dar forma ao que seria conhecido como Política Externa Independente, consolidada apenas no governo de Janio Quadros. Os ambientes externo e interno ajudavam a insuflar as pretensões políticas das esquerdas.

A mais conhecida formação da esquerda militar, porém, não menos obscura foi a Antimil (antimilitar), fração nacionalista e militar do Partido Comunista Brasileiro. O setor era pequeno e composto praticamente por membros de todos os segmentos da hierarquia militar. Traçar a trajetória de seus integrantes e simpatizantes não é tarefa fácil devido ao seu caráter clandestino e o difícil acesso aos arquivos militares.

A Aeronáutica foi a arma que mais forneceu generais a Antimil. Já a Marinha contou com aproximadamente 300 marinheiros e suboficiais militantes do Partido Comunista e o dobro de simpatizantes, sendo poucos os oficiais. Já no Exército havia células numerosas de militantes do PCB, sendo compostas, em sua maioria, por sargentos. Sendo importante a presença comunista na Academia Militar de Agulhas Negras (CUNHA, 2002: 248-251). Mas, se ser nacionalista de esquerda já era difícil, pertencer aos quadros do PCB era tarefa perigosa. A perseguição e a repressão eram intensas.

As organizações nacionalistas e comunistas, principalmente aquelas que contavam com integrantes militares, ficavam na mira dos conservadores. Os órgãos militares e civis com função de polícia ou ligados à justiça eram utilizados como instrumento de monitoramento e coerção. Nos arquivos da Polícia Política e Social, por exemplo, é possível localizar informações, datadas de antes de 1964, a respeito de militares e organizações militares suspeitas de serem comunistas. No período referente ao governo JK, o próprio ministro da Guerra foi alvo de investigações, juntamente a grupos defensores de causas nacionalistas, como sindicatos e associações civis e militares.

Já no início da década de 1950 dossiês denunciavam a presença de periódicos e panfletos “subversivos” nos quartéis. Havia persistente circulação dos ideais de esquerda, notadamente comunistas, entre a tropa, o que levantava a preocupação dos setores conservadores. Os jornais clandestinos eram um importante meio de disseminação de idéias e de cooptação de militares para a causa nacionalista e para o comunismo. Durante o governo JK a divulgação iria e intensificar.

O Boletim Reservado n^o 64, de 11 de abril de 1951 e o Boletim Reservado n^o 120, de 04 de Julho de 1951, denunciavam o jornal comunista *Guararapes*, que circulava na Base Aérea do Recife “por ação do comitê ANTI-MIL organizado por comunistas”. O Boletim Reservado n^o 91, de 23 de maio de 1951, denuncia ação clandestina de integrantes do partido comunista que faziam circular nas Forças Armadas o jornal *União de Ferro*. Segundo o mesmo boletim, o periódico era antigo, já havia circulado nos quartéis até os fins de 1935 “quando teve ensejo de desempenhar, nos Quartéis, papel preponderante na disseminação do vírus comunista”. Agora o *União de Ferro* tentava divulgar um manifesto de Prestes defendendo a criação de um “Exército Popular de Libertação Nacional”. Outras edições do jornal possuíam chamadas como: “Notícias Militares”; “Os caixões de defunto da FAB” (denunciava os acidentes com oficiais da FAB pilotando aviões de origem norte-americana); “Soldados e Marinheiros, defendamos Luiz Carlos Prestes!” (APERJ - Fundo DPS).

Existiam ainda outros jornais como *O Patriota*; *O Libertador*; *O Alvorada: o jornal do soldado*; *Marinha Vermelha*; e *O Soldado de Prestes*, direcionados principalmente para praças e sargentos. Questionavam o custo de vida e os vencimentos, denunciavam a Guerra da Coréia, eram partidários das Campanhas pela Paz e criticavam o “imperialismo ianque” (APERJ - Fundo DPS).

As denúncias sobre a presença de comunistas nas Forças Armadas foram constantes. Uma lista presente em outro dossiê da DPS, com intervalo de 1944 -1962, e formulada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública, lista os nomes de militares indiciados como suspeitos de serem militantes comunistas. São praticamente todos do Exército. Na lista contam os nomes de 31 coronéis, 19 tenentes-coronéis, 40 majores, 43 capitães, 43 tenentes, 20 sargentos-cabos (ver anexo I). Dentre os oficiais citados estava o nome do oficial Nelson Werneck Sodré. O texto que antecede a lista é enfático:

Todos, enfim, possuem veementes de exercerem ou terem exercido atividades, se não comunistas, pelo menos ajustáveis dentro da linha de atuação do extinto, 'de jure', Partido Comunista Internacional – seção do Brasil. Existem nestas listas membros de entidades comunistas, organizações que funcionam sob nomes diversos, mas cujas finalidades são claramente as de colocarem em funcionamento o Partido Comunista em nosso País. (...) UM MILITAR, NA VERDADEIRA ACEPÇÃO DA PALAVRA, NÃO PODE SEQUER SER SUSPEITO. MAS, TODOS ESSES O SÃO (APERJ - Fundo DPS).

Entre maio e junho de 1956, a imprensa noticiou a anistia de oficiais e soldados da Aeronáutica presos e condenados por terem se envolvido em campanhas “subversivas” em defesa do monopólio estatal do petróleo, principalmente na cidade de Natal. Jornais de diferentes orientações políticas se posicionaram durante o processo:

O Globo 13/06/1956: “Justiça Militar: julgamento dos condenados da Aeronáutica”: 12 militares entre oficiais e praças acusados de “atividades subversivas”.

A Notícia. 27/06/1957: “Mantida a condenação dos oficiais envolvidos em atividades comunistas. Decisão ontem do Superior Tribunal Militar (...) organizações de células comunistas nos quartéis e fora dos mesmos, propaganda de origem comunista, exploração da campanha do petróleo com finalidade subversiva, na Base Aérea de Gravataí, no Rio Grande do Sul (...). Imprensa Popular 23/06/1957. “Novo Julgamento dos Patriotas da FAB: (...) por terem participado da campanha nacional que empolgou o país em defesa do monopólio estatal do petróleo”.

Imprensa Popular 24/05/1956: “Caiu o processo-farsa da base aérea de Natal: O conselho de Justiça da Aeronáutica absolveu os vinte e nove cidadãos envolvidos no processo-farsa da Base Aérea de Natal (...). Os cidadãos Civis e militares foram presos durante os famigerados inquéritos policial-militares sobre supostas atividades ‘subversivas’ nas Forças Armadas. Foram vítimas de violências inenarráveis. (...) Centenas de outros cidadãos, em diversas regiões do país, foram submetidos aos mesmos processos-farsa e as mesmas torturas. Quase todos, porém, foram absolvidos unanimemente pelos tribunais competentes – o que vem atestar o embuste de todos esses processos odiosos instaurados sob a direção do FBI americano, aqui representado pelo capitão ianque Bundy e assessorado pelo fascista Pena Boto. (...) (APERJ - Fundo DPS).

Políticos conservadores e seus jornais aliados tinham papel importante ao denunciar a “infiltração da doutrina subversiva nos quartéis”. Em agosto de 1956, o *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, publicou: “Lott favorece no Exército criação de brigada comunista: nomeou 13 oficiais com postos de comandos – Entregue pelo ministro ao PC quase uma Divisão ” (*Tribuna da Imprensa*, 10.07.1956. APERJ- Fundo DPS).

Neste mesmo mês, o deputado Raimundo Padilha anunciou na Câmara dos Deputados que havia entregue ao ministro da Guerra um requerimento sobre a presença

de comunista nos comandos do Exército e no qual exigia explicações ministeriais. O general Henrique Lott não respondeu o requerimento e, na época, os jornais da época publicaram a lista com o nome de 17 oficiais, citando onde cada um estava lotado (*Diário de Notícias*, 10.07.1956. APERJ – Fundo DPS).

Os setores militares que faziam oposição ao governo de JK, além de denunciar as supostas ligações de seu ministro da Guerra com os setores comunistas, levaram adiante várias rebeliões de maior ou menor grau. No início de 1956 estourou a primeira rebelião militar contra o governo, a Revolta de Jacareacanga. O movimento pode ser identificado como sintoma da hostilidade dos setores conservadores das Forças de Mar e Ar em relação ao novo presidente e ao seu ministro da Guerra. Temiam ser prejudicados nos acessos aos postos de comandos e às promoções, como efetivamente ocorreu ao longo do governo de JK. Em fevereiro os oficiais da FAB, Veloso e Lameirão, apoderam-se de um avião caça AT-11, no Campo dos Afonsos (RJ) e voaram rumo a base aérea de Jacareacanga, no Pará. O objetivo era liderar um movimento de resistência ao governo partindo das unidades militares da região norte do país. O movimento ganhou adesões de grupos de oficiais da região e se estendeu de 10 a 29 de fevereiro. Debelados, os líderes dos revoltosos obtiveram asilo político na Bolívia (ABREU, 2001: 2826-2827).

Mais tarde JK concedeu anistia ampla e irrestrita aos revoltosos e a todos aqueles que cometeram atos revolucionários no período de 10 de novembro de 1955 a 1º de março de 1956. Era uma tentativa de evitar maiores atritos com os militares da oposição. A anistia não era somente para a oposição, militares enquadrados como comunistas também foram beneficiados. Um documento da “Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem” relaciona os nomes dos anistiados que haviam sido processados e condenados por serem adeptos ou simpatizantes da doutrina de Moscou: são 118 militares, sendo destes 16 oficiais e 62 sargentos ou ex-sargentos, além de 33 civis.

A proposta de conciliação não rendeu frutos. No final de outubro de 1958, outra crise militar de grandes proporções abalou o governo. Neste mês, por determinação de Juscelino Kubitschek, Henrique Lott substituiu interinamente o então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Correia de Melo, que se ausentou por conta de uma viagem aos Estados Unidos. O evento desencadeou uma série de graves desentendimentos entre o

ministro da Guerra e o oficialato conservador da FAB, que, desde novembro de 1955, nutria ressentimento pelo chefe do Exército.

A crise na Aeronáutica teve início na própria solenidade de embarque do ministro desta pasta para os EUA e a concomitante posse de Lott como interino. Alguns oficiais não compareceram à cerimônia e muitos dos presentes não cumprimentaram o novo titular. Era forma de demonstrar o desagrado com a decisão de JK. Em reação, no dia primeiro de novembro, Henrique Lott demitiu o brigadeiro Ivo Borges do cargo na Inspeção Geral da Aeronáutica, justamente por não o ter cumprimentado na respectiva solenidade e, segundo os jornais da época, ter declarado: “pelo regimento militar não ser obrigado a cumprimentar o ministro depois de bater continência”. O brigadeiro, em 11 de novembro de 1955, era o comandante da 4ª Zona Aérea (SP), onde houve a maior reação ao Movimento 11 de Novembro. Era um dos mais antigos oficiais da FAB, sendo o seu fundador, e fez parte do grupo pioneiro do Campo do Afonsos (*Jornal do Brasil*, 02.11.1958).

No dia 04 do mesmo mês, 42 oficiais da FAB endereçaram uma carta aberta aos brigadeiros que não compareceram à posse do general Lott, enaltecendo-os e acusando Henrique Lott de aproximação com os comunistas:

Carta aberta aos senhores brigadeiros que não compareceram à passagem do cargo de ministro da Aeronáutica:

(...) A Força Aérea Brasileira parece ter sido vítima de uma trama solerte arquitetada nos moldes das ações características da técnica comunista, que procura desmoralizar, aviltar e corromper os homens e as organizações, onde a simples propaganda bolchevista não encontra o eco idealizado pelos dirigentes vermelhos.

A atitude serena, nobre e dignificante que v.exas, tomada de maneira reta, mas ostensiva, ao deixarem de cumprir a ordem superior de comparecimento ao ato de transferência da pasta da Aeronáutica planejada e executada à revelia da classe e por iniciativa e responsabilidade do próprio ministro da Aeronáutica que saía a passeio, evidenciou de maneira insofismável a todos os homens de bem da nossa organização militar e do Brasil, que há realmente na FAB um pugilo de chefes que cultuam a dignidade, reverenciam a honra e orgulham-se da prática dos postulados que distinguem a integridade dos homens que realmente são os condutores morais da organização a que pertencem.

(...) [V.exas] revidaram a afronta feita á vários chefes da Aeronáutica (...).

*A espada que v.exas utilizaram no revide a essa provocação entre irmãos, foi, para galardão de todos os homens moralmente bem formados, a espada do patriotismo, que nunca corre o risco de manchar as mãos limpas de quem as empunha (*Diário de Notícias*, 05.11.1958).*

A reação de Lott foi imediata e rigorosa. No dia 06, os jornais noticiaram a comunicação de prisão da maioria dos oficiais que assinaram a carta em solidariedade

aos brigadeiros. Segundo o *Jornal do Brasil*, “mais de 30 oficiais assinaram ontem a ‘carta-aberta’ endereçada aos brigadeiros, a maioria é de São Paulo. O documento está correndo nos Estados e recebendo adesão, aproximadamente 80 assinaturas” (*Jornal do Brasil*, 06.11.1958).

No mesmo dia em que Lott declarou a prisão dos oficiais, houve a cerimônia de formatura na Escola de Comando de Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) no Rio de Janeiro. Uma série de “incidentes” ocorreram: 16 oficiais não compareceram à solenidade; diversos alunos formandos não se apresentaram à entrega dos diplomas dos diversos cursos; no único discurso da solenidade, o brigadeiro Carlos Rodrigues Coelho não citou o nome do general Lott (posteriormente expediu uma nota dizendo que cometeu um lapso); a vitrola com o “Hino dos Aviadores” não tocou na cerimônia, houve a suspeita de que os cabos foram cortados. Juscelino esteve presente ao evento (*Diário de Notícias*, 06.11.1958).

Ao longo da crise, alguns jornais seguiram noticiando de forma exagerada, o número de prisões na Aeronáutica por ordem de Henrique Lott: “78 prisões até 24 horas de ontem na Aeronáutica”, “Aeronáutica: 165 protestaram, 114 foram presos”; “Oficiais solidários 465; presos 200”; “300 presos e 500 adesões à carta aberta até ontem” (*Jornal do Brasil*, 07, 09 e 12. 11.1958; *Diário de Notícias*, 11.11.1958). O estardalhaço foi tanto, que fez ministro da Guerra ameaçar o jornal *Diário de Notícias* com a Lei de Imprensa por esse “exagerar em números, nomes e fatos a crise na Aeronáutica, a fim de desestabilizar as Forças Armadas” (*Diário de Notícias*, 15.11.1958).

Dos Estados Unidos o brigadeiro Melo pronunciou-se criticando os oficiais que se envolveram nos atos de hostilidade à Lott e os acusou de péssima educação: “Parece-me que há alguns oficiais muito mal educados e talvez seja conveniente reiniciar a sua carreira militar, a fim de que apreendam um pouco de disciplina” (*Jornal do Brasil*, 07.11.1958). Em outra afirmação sugeriu a necessidade de repreender os oficiais rebeldes:

É evidente que há pessoas que pertenceram a alguns partidos políticos antes de ingressar na Força Aérea e que agora procuram criar transtornos. Pode ser necessário dar-lhes uma pequena sacudidela, mas tenho confiança de que a situação está dominada (*Jornal do Brasil*, 08.11.1958).

Ao longo dos dias a crise da FAB tomou proporções ainda maiores. Parte da Marinha, outra força que nutria antipatia pelo ministro da Guerra desde 1955 e, conseqüentemente, por Juscelino, declarou-se solidária aos oficiais da FAB. Em carta aberta aos brigadeiros, generais e almirantes, o almirante José Augusto Vieira acusou textualmente JK de alimentar a desunião nas Forças Armadas. Segundo o *Diário de Notícias*, o almirante teria sido o único oficial da sua arma a comparecer, em 1956, à polemica cerimônia popular que entregou uma espada de ouro à Lott. Na carta, o oficial culpa Juscelino de ser, de forma intencional, o responsável pela crise na FAB. Na interpretação do almirante, o presidente desejava vingar-se da crise de agosto de 1954, que levara ao suicídio de Vargas, e, ao mesmo tempo, desestabilizar aquela força:

(...) E porque é feito isso? [JK ter indicado Lott para a pasta da Aeronáutica] É preciso punir mais ainda os autores do 24 de agosto, rebaixá-los, anestesiá-los, anulá-los para manobra futuras. (...)
O antigo ministro não tinha necessidade premente de se ausentar do país, mas era necessário punir os promotores do 24 de agosto.
Os que essa época caíram retornaram ao poder, e agora que julgam consolidadas as suas posições, procuram o revide e ao mesmo tempo o amaciamento de brasileiros resolutos.
E quem promove e provoca esse revide é o próprio chefe da nação nomeando um novo ministro que por motivos óbvios jamais poderia assumir a pasta da Aeronáutica (Diário de Notícias, 09 e 10.11.1958).

No mesmo documento, o almirante alerta que a Marinha também seria atingida pela nefasta ação do presidente da República: “sofrerá e passará pelas mesmas humilhações que estão sendo impostas a sua co-irmã a FAB”, pois, o “11 de Novembro está ainda vivo na memória de todos”. Desta forma, “desmoralizadas perante o povo, não podem as Forças Armadas inspirar-lhes, aquilo que de menos poderiam almejar: respeito”. Por fim, reclama que o atual chefe da Aeronáutica fora imposto pelo presidente da República (*Diário de Notícias*, 09 e 10.11.1958).

Aparentemente, a situação foi controlada com o retorno do ministro da Aeronáutica para o Brasil. Ao passar a pasta da Aeronáutica para o brigadeiro Melo, no dia 10 de novembro, Lott atribuiu a crise na FAB a “um grupo de oficiais que põem a mostra suas paixões e frustrações” (*Jornal do Brasil*, 11.11.1968). O brigadeiro advertiu os oficiais rebeldes:

(...) em sã consciência não podemos tergiversar ou transigir com os indisciplinados, mesmo quando mal orientados e manipulados por aproveitadores, intransigentes ou agitadores. Compactuar com a indisciplina (...) é querer a anarquia, a subversão da ordem, a inversão dos valores,

criando um ambiente de tensão e mal-estar, prejudicial à coletividade (Jornal do Brasil, 12.11.1958).

O dossiê elaborado pela DPS sobre a “Liga de Emancipação Nacional” é outro exemplo do envolvimento de militares com as causas nacionalistas e da preocupação que esta situação levantava entre os grupos conservadores. A documentação, com data inicial de 1955, consta de boletins, relatórios, documentos internos e recortes de jornais sobre a organização que tinha sede na cidade do Rio de Janeiro e como presidente o general Edgar Bauxbaum. Outro membro militar da liga seria o general Felicíssimo Cardoso.

O dossiê acusa o movimento de ser órgão do Partido Comunista e salienta a preocupação dos seus integrantes com a defesa da Petrobrás, com a garantia do monopólio estatal na exploração do petróleo e com o combate aos testes nucleares. Segundo o dossiê, a liga possuía diretórios em outras cidades do Brasil e tinha aproximação com as representações estudantis e sindicais. Um estatuto interno definia o caráter e as atividades da instituição:

(...) uma sociedade civil destinada a congregar todas as pessoas e organizações que a ela aderirem na conformidade dos presentes Estatutos, com a finalidade de cultivar as tradições de independência e civismo e pugnar pela ampla e real emancipação do Brasil.

(...) Liga deverá: a) Estimular e coordenar estudos sobre a situação econômica do país; b) Concorrer para o desenvolvimento da educação cívica do povo, para isto mantendo e patrocinando cursos e debates sobre assuntos de interesse nacional; c) efetuar campanhas, através de sessões públicas, conferências pela imprensa e rádio, e por quaisquer outros meios de divulgação, sobre assuntos de interesse nacional; d) representar aos poderes públicos acerca de assuntos relacionados com seus objetivos; e) manter intercâmbio com todas as entidades que tratem total ou parcialmente, dos objetivos a que se propõe. (...) Liga não se ocupará de assuntos religiosos ou de caráter político-partidário (APERJ – Fundo DPS).

Há o registro de um banquete realizado pela liga na sede do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, em 03 de fevereiro de 1955. Era uma homenagem ao general Leônidas Cardoso, que havia sido eleito deputado em São Paulo. Segundo o relatório, no evento estava presente a “fina flor do comunismo”, composta por oficiais como: o marechal Valdemar Rodrigues; os generais Felicíssimo Cardoso, Manoel Ferreira de Souza, Temistócles Cordeiro de Mello, Fernando Biosca e Artur Carnauba; os coronéis França e Alburque, Jocelyn Brasil e Salvador Correia de Sá e Benevides.

O deputado Campos Vergal foi o orador do evento e saudou o homenageado. Enalteceu as lutas políticas travadas pelo gal. Leônidas desde a sua juventude. Lembrou

de sua atuação na Liga de Emancipação Nacional e nas campanhas nacionalistas travadas contra os Estados Unidos, em defesa do petróleo, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a favor da Paz Mundial, etc (APERJ – Fundo DPS).

Outros oficiais são identificados como integrantes da Liga de Emancipação Nacional: Capitão Renato de Castro (presidente do núcleo de Realengo); cel. Luiz França de Albuquerque; major Onor Franklin; capitão Antonio José Fernandes; coronel Jocelyn Brasil; capitão de mar e guerra Valfredo Caldas (APERJ – Fundo DPS).

Outro núcleo, provavelmente o mais importante na elaboração da ideologia nacionalista, e que teve destacada participação na formação e na organização de militares de esquerda foi o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O ISEB foi criado em 1955, a partir dos integrantes da entidade privada IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e estava subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Apesar de abrigar posições heterogêneas, o instituto se propunha a tarefa de formular um projeto nacionalista de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro (ABREU, 2001: 2801-2803).

Apesar da proposta do ISEB “contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares”, não havia uma unidade de pensamento entre os seus integrantes. Podem ser identificadas duas grandes tendências nos anos iniciais da instituição: “os que preconizavam a participação ampliada, a mobilização de massas, o uso do Estado para conter excessivas desigualdades econômico-sociais” e os que defendiam “a dinâmica inerente à sociedade capitalista, à economia de mercado, sem se impressionarem com preocupações sociais que lhes pareciam demagógicas” (KONDER, 1998: 363).

Várias foram as interpretações de nacionalismo que se abrigaram na instituição. Quando Nelson Werneck Sodré assumiu o departamento de História, junto com Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbsier, orientou a linha teórico-política da instituição em direção ao marxismo. Pretendiam “promover uma ‘radicalização’ do nacional-desenvolvimentismo”, o que teve como consequência o afastamento de intelectuais como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos (KONDER, 1998: 364).

O ISEB tinha cursos de formação, o que atraía muitos oficiais. Em 29 de dezembro de 1959, em cerimônia de formatura realizada no Ministério da Educação, uma turma do ISEB teve como patrono o falecido presidente Getúlio Vargas e como

paraninfo o deputado Gabriel Resende Passos, que declarou: “o nacionalismo quer apenas o homem livre numa terra livre e engrandecida”. Entre os “novos isebianos” estavam o tenente-coronel Fortunato e o capitão Lauro Moura, da FAB; os majores Nieps, do Exército, e Eunício, da PMDF. Prestigiaram o evento o presidente JK e o ministro da Guerra Lott (*Última Hora*, 02 e 04.01.1960).

O evento foi seguido de recepção na casa do capitão Lauro, com a presença dos deputado José Jofily; Juiz Irineu Jofily; coronel Gilberto; Major Oiticica; prof. Corbisier; e o capitão Saddeck. No evento estavam um representante do Ministério da Guerra e a filha do ministro, Edna Lott. Segundo um colunista do *Última Hora*, todos os militares presentes apoiavam a candidatura nacionalista do marechal Lott à presidência da República, nas eleições previstas para 1960 (*Última Hora*, 02 e 04.01.1960).

Problemas como má distribuição de renda, desemprego, ineficiência do sistema educacional e de saúde, o monopólio da terra e a ação predatória do capital estrangeiro, alertavam os setores nacionalistas para a necessidade de profundas reformas econômicas e sociais. As reivindicações foram radicalizadas, ao longo do final da década de 1950 e início da década de 1960, nos quartéis e na sociedade como um todo, sendo o auge das manifestações no governo Goulart. Nas Forças Armadas as manifestações políticas ganharam força entre os oficiais, a partir do 11 de Novembro de 1955, foram intensificadas pelos sargentos na revolta de 1963, chegando aos praças na Revolta dos Marinheiros de 1964 (CARLONI, 2007).

Um dossiê da DPS, intitulado *Movimento Nacionalista Brasileiro*, reunindo reportagens e documentos datados em sua maioria de 1957, demonstra a aproximação entre os militares de esquerda, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o ISEB. Um relatório registra uma reunião no dia 17 de junho de 1957, no Clube Militar (RJ), composta por representantes estudantis, “isebianos” e militares. O clube era uma organização com o caráter de associação de classe, aberta a oficiais de todas as Forças e, naquele tempo, servia de espaço para debate de questões políticas e difusão do nacionalismo entre a oficialidade.

O texto de abertura da reunião, lido pelo Major Ulisses Vieira de Lima, versa sobre a história da instituição e a sua tradição nacionalista, a exploração do petróleo brasileiro, a responsabilidade dos jovens estudantes na defesa dos interesses do país e,

por fim, solidariza-se com o Movimento Nacionalista Brasileiro: “Em nome do Clube Militar, aqui trago a solidariedade de nossa Instituição ao elevado e patriótico Movimento Nacionalista Brasileiro, liderado pela mocidade estudantil (...)” (APERJ – Fundo DPS).

No evento estavam presentes: capitão de Fragata Primo Nunes de Andrade; engenheiro Antonio Luiz (Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás); Clementino de Mattos Levy (Sindicato dos Bancários); José Ribamar Costa; Advogado José Frejat (ex-presidente da UNE); José Batista de Oliveira Júnior (presidente da UNE); Nelson Trad (Presidente da UME, União Metropolitana de Estudantes) (APERJ – Fundo DPS. Grifos meus).

O agente policial que elaborou o relatório a respeito da reunião identificou os supostos “líderes vermelhos” do movimento – um capitão da Marinha, um coronel do Exército e um dos principais intelectuais do ISEB:

(...) Após algum ‘Bate-Papo’ aprovou-se a proposta do representante do Clube Militar, Capitão de Fragata Primo Nunes, no sentido de que a campanha nacionalista não poderia fugir aos democráticos bem como à defesa do regime.

(...) o coronel Canabarro, bem como o Prof. Guerreiro Ramos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que funciona no Ministério da Educação e do qual tenho tido informações avermelhadas, são sem dúvida os cabeças do movimento no Distrito Federal (aperj – Fundo DPS. Grifos meus).

Em 04 de setembro de 1957, a Cruzada Brasileira Anti-Comunista, sob a presidência do almirante Carlos Penna Botto, antigo inimigo das teses nacionalistas e do Movimento 11 de Novembro, deu entrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores em um processo Alberto Guerreiro Ramos, membro integrante do ISEB, com base no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional. A denúncia foi motivada pelo conteúdo de um discurso proferido pelo professor em uma cerimônia da Escola Superior de Guerra (ESG). Guerreiro Ramos preconizou: “que era uma necessidade para o Brasil a desunião das Forças Armadas”. A declaração causou “repulsa de todos os Cruzados brasileiros” e, assim, o almirante Penna Botto encaminhou diretamente para o ministro da justiça na época, Nereu Ramos, um pedido de punição. A representação finaliza com a declaração: “Tudo pala a Pátria” (AN – Fundo MJ).

O episódio que motivou a denúncia foi uma conferência realizada pelo professor Guerreiro Ramos, no dia 13 agosto, na ESG. Na ocasião o intelectual fez duas

afirmações que, posteriormente, repercutiram na imprensa da época e acabaram por lhe render o processo aberto pela Cruzada Brasileira:

O comunismo vem perdendo a sua peculiaridade, no Brasil, onde está sendo absorvido pelo nacionalismo: e não é por força da nova tática vermelha que os comunistas estão se arvorando em intransigentes nacionalistas.

A desunião das Classes Armadas é uma garantia do regime democrático e um fato de caráter evolutivo e construtivo. Pois as Classes Armadas unidas poderiam assumir o papel de verdadeiras polícias, com predominância do militarismo, falho de ideologia e, o que é ainda pior, usurpador da ideologia dominante (AN- Fundo MJ).

Guerreiro Ramos estava questionando algo que as Forças Armadas levava décadas para construir e era proporcional à razão do seu poder: a coesão e o forte grau de autonomia. A união, através da manutenção da hierarquia, da disciplina interna e da estabilidade entre as três forças foi conquistada através de um longo processo iniciado na década de 1930, principalmente durante do Estado Novo. O intelectual questionava a presença dos militares na política nacional. Episódios como a queda do Estado Novo, em 1945, e o suicídio de Vargas, em 1954, tinham demonstrado o grau de independência e de poder político que tinham alcançado as Forças Armadas brasileiras.

O processo, para o desgosto dos integrantes da Cruzada e de seu presidente, seguiu adiante no Ministério da Justiça, passando por diferentes estâncias, sendo arquivado a pedido da Consultoria Jurídica daquele ministério. O parecer ressaltava as características democráticas do regime e isentava Guerreiro Ramos de qualquer incurso na Lei de Segurança Nacional:

A toda evidência, consideradas com isenção de ânimos, as palavras imputadas ao ilustre sociólogo patricio não se referem à divisão das Forças Armadas no que atinente das importantes tarefas que lhes deferiu a Constituição, mas a única e exclusivamente à posição, no campo ideológico, daquelas que as integram. Referindo essa divisão ideológica notória, o professor Guerreiro Ramos haveria declarado entendê-la benéfica aos interesses da comunidade brasileira. E assim precedendo, por sem dúvida, estaria por fazer uso legítimo da liberdade de pensamento, conquista democrática de há muito consagrada em nossos Estatutos Políticos. (...) (AN – Fundo MJ).

A série de evidências aqui apresentadas leva a concluir sobre o alto grau de politização e de conflito entre os militares das três armas, durante o governo Juscelino Kubistchek. Embora o período seja reconhecido como de relativa estabilidade, foi marcado do início ao fim por crises no interior da caserna que indicavam a preponderância dos militares na política e a fragilidade do regime democrático. A própria posse do presidente foi garantida através de um contragolpe militar. Ao longo

dos quatro anos de governo, JK teve que lidar com sucessivos conflitos, de proporções variadas, sendo a última grande crise a Revolta de Aragarças, em dezembro de 1959.

A politização da sociedade como um todo e a tensão crescente entre os oficiais adeptos do liberalismo conservador e os militares, comunistas ou não, defensores do projeto nacionalista, favoreceu a aproximação entre os representantes das duas orientações e os grupos políticos externos às Forças Armadas. Militares e civis se uniram e teceram estratégias comuns em defesa de seus respectivos projetos de nação. Os militares nacionalistas encontraram no ISEB e nas organizações nacionalistas, como a Liga de Emancipação Nacional, espaço para o intercâmbio de experiências e idéias e fortalecimento da luta.

O ministro da Guerra de JK teve que lidar com instabilidades geradas pelos dois grupos, porém, era consciente da importância dos militares nacionalistas para a manutenção da ordem constitucional. Desta forma, lidou com mão de ferro com os setores conservadores mais radicais, que questionavam a legalidade do governo e ameaçavam o regime, e foi tolerante com a esquerda militar que, naquele momento, apostava na democracia como espaço privilegiado para a manutenção e ampliação das conquistas sociais e para implementação do projeto nacionalista.

A polarização entre os diferentes projetos de nação radicalizou-se ao longo dos anos subsequentes, tanto no meio militares quanto na sociedade como um todo, e deve ser interpretado como um dos fatores determinantes para o Golpe Civil-Militar de 1964.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). [et al]. *DHBB*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

CARLONI, Karla. “A esquerda militar no Brasil”. FERREIRA, Jorge. AARÃO, Daniel Reis. (org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói: PPGH/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2005. (dissertação de mestrado).

_____. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Niterói: PPGH/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2010. (tese de doutorado).

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinqüenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.